

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 671/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 2004:

Lubélia Santos de Almeida Gomes, técnica superior de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, a exercer o cargo de directora de serviços de Vistos e Circulação de Pessoas, em regime de comissão de serviço — autorizada a renovação da referida comissão pelo período de três anos, com efeitos a partir de 30 de Março de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 672/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 2004:

Mário João de Brito Fernandes, conselheiro técnico principal colocado na representação permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, em regime de contrato administrativo de provimento — autorizada a prorrogação do referido contrato até ao dia 31 de Agosto de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Rectificação n.º 30/2005. — Para os devidos efeitos se rectifica o aviso n.º 11 362/2004, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 2 de Dezembro de 2004, a p. 17 978, col. 1.ª, pelo que onde se lê «Maria Luísa Rodrigues Costa» deve ler-se «Maria Luísa Rodrigues Costa Medeiros».

20 de Setembro de 2004. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 83/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 158.º, n.º 2, do Código Civil e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, reconhecer a Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud.

17 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Administração Interna, *Daniel Viegas Sanchez*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 195/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 14 de Dezembro de 2004, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vladimir Segui Batista Gonçalves Taborda, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 14 de Maio de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 196/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 14 de Dezembro de 2004, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Severino José Fernandes, natural de Santo André, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 7 de Janeiro de 1950, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 197/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 14 de Dezembro de 2004, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marie

Francine Lefebvre, natural de Lac-aux-Sables, Canadá, de nacionalidade canadiana, nascida a 12 de Junho de 1976, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 198/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 14 de Dezembro de 2004, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jaime Vicianna Cruz, natural de São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido a 7 de Julho de 1959, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 199/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 14 de Dezembro de 2004, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Antónia da Veiga Ramos, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 11 de Outubro de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana

Despacho n.º 673/2005 (2.ª série). — No uso da faculdade de subdelegar nos chefes das repartições dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) os poderes que me foram conferidos pela deliberação de 20 de Outubro de 2003 do conselho de direcção dos SSGNR e pelo despacho da mesma data do presidente do conselho de direcção dos mesmos, ao abrigo dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do artigo 10.º, alínea b), do Estatuto dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de Julho, subdelego no chefe da Repartição de Prestações Sociais, capitão de infantaria NM 866276, Jorge Paulo dos Santos Brito, poderes para:

- a) Receber, mandar processar, analisar e decidir as prestações relativas aos pedidos de subsídios, com excepção dos subsídios extraordinários, cujo montante não exceda € 5000;
- b) Receber, mandar processar, analisar e decidir os pedidos de atribuição de casas de repouso e alvéolos para campismo, com excepção dos relativos ao período de veraneio (meses de Junho a Setembro);
- c) Receber, mandar instruir, analisar e decidir os pedidos de frequência ou ocupação de vagas nos lares académicos, colónias balneares infantis e residenciais;
- d) Receber, mandar instruir, analisar e decidir os pedidos de subsídio por morte que devam ser concedidos ao abrigo da Portaria n.º 672/83, de 9 de Junho;
- e) Receber, mandar instruir, analisar e decidir os pedidos de empréstimos pessoais que não excedam € 5000 e pedidos de empréstimos para habitação que não excedam € 14 900;
- f) Decidir o agravamento das taxas de juro dos empréstimos, quando, nos termos regulamentares, tal agravamento deva ocorrer;
- g) Outorgar em representação dos SSGNR nos contratos de concessão de empréstimos, quer revistam a forma legal de escritura pública quer sejam formalizados em documento particular;
- h) Assinar o expediente que deva ser enviado aos beneficiários comunicando decisões ou solicitando documentos ou diligências;
- i) Emitir as certidões que sejam requeridas pelos beneficiários, para efeitos dos protocolos celebrados pelos SSGNR.

Esta subdelegação de poderes entende-se sem prejuízo do poder de avocação e tem efeitos desde 1 de Janeiro de 2005, ficando ratificados os actos a praticar no âmbito das matérias e nos limites nela previstos até à sua publicação no *Diário da República*.

Fica revogada, desde 31 de Dezembro de 2004, a subdelegação de poderes de 20 de Outubro de 2003 publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004.

28 de Dezembro de 2004. — O Vice-Presidente, *Vitor Manuel C. G. dos Reis Casal*, tenente-coronel AM.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 674/2005 (2.ª série). — Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Tribunal de Comarca votada pela Assembleia Municipal de Évora, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do decreto-lei supra-referido, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

27 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para intervir nas acções de competência do Tribunal de Menores de Évora

António Joaquim dos Santos.
 Isabel Maria Soares Neto Pereira.
 Olga de Jesus Marques Paixão.
 Maria de Lourdes Amaral Pereira.
 Maria Inês Lemos Martins Moraes.
 Joaquim José Peixe Pitreira.
 João Miranda Pereira.
 Susana Margarida Augusto Gouveia.
 Joana Catarina Gomes Rodrigues.
 Maria José Grilo Rosado da Graça Varela.
 Ana Maria Machado Carrilho Martins Gomes.
 Maria Clara Arriaga de Moraes.
 Maria Virgínia Fialho Oliveira Covas.
 Cláudia Celeste Charneca Caeiro.
 Helena Cristina de Sousa da Silva Ferro.
 Maria Luísa da Costa Henriques Sardinha.
 Emília Maria Rocha Roque Ferreira.
 José André Pires Florinda.
 Catarina Maria Pepe Dourado Fialho.
 Arminda da Conceição Ribeiro Dias Escário.
 Dulce de Jesus Vintém Marchão.
 Maria Salomé Anastácio Gualdrapa.
 Elsa Cristina Frango Plácido.
 Fernanda da Conceição Correia Barreto.
 Paula Maria Piçarra Gaspar.
 Maria Madalena Duarte de Mira.
 Carla Alexandre Duarte Mira Nobre Almaça.
 Florbela Luz Desalço Fernandes.
 Manuel Fernando Ursinha Alcario.
 Adelina Maria Amaro dos Santos.
 Carlos Alberto Lourenço Cunha.
 Luís Manuel Nicodemus Mota.
 Maria Helena de Araújo Vieira Pereira Guerra.
 Isabel Sofia Batista Noites Guerra.
 Eduarda Margarida Bernardo Cardanha.
 Yves dos Milagres Reis da Veiga Estibeiro.
 Sandra Maria Veiga Amante.
 José Manuel Pereira Antunes.
 Isaura Maria Pinto.
 Ilda Maria Massano Coelho.
 Maria Teresa Casquinha Santos Mata.
 Raul Fernando Fernandes Sousa.
 Mauro Daniel Caeiro Freira.
 Maria da Graça Pinto Valente Fernandes.
 José Manuel Costa Sanches Mendes Teixeira da Fonseca.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 675/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Dezembro de 2004 do director-geral:

Licenciada Celeste Maria Pavia Fazer, conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 31 de Janeiro de 2005.

Licenciado João Manuel Casinhas Moucheira, conservador da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Arruda dos Vinhos — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 15 de Janeiro de 2005.

Rosa Maria Felício da Conceição Costa, escriturária da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 3 de Janeiro de 2005.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 676/2005 (2.ª série). — 1 — Por ter sido interposto o pedido de suspensão de eficácia do acto do Secretário de Estado da Justiça de 6 de Novembro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 2 de Dezembro de 2002, que indeferiu a prorrogação do prazo de validade das provas finais para ingresso na carreira de conservador-notário, facto que determinou a cessação da comissão de serviço extraordinária da licenciada Isabel Maria Rodrigues dos Reis Silva Garcia, ficou suspensa a execução do referido acto, nos termos do disposto no artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de Julho, mantendo-se aquela em exercício de funções na Conservatória do Registo Civil de Oeiras, até ao trânsito em julgado da decisão daquele pedido.

2 — Assim, tendo transitado em julgado em 9 de Dezembro de 2004, o Acórdão do Tribunal Constitucional, de 23 de Novembro de 2003, que confirmou a decisão constante do acórdão, de 19 de Outubro de 2004, do mesmo Tribunal, a qual negou provimento ao recurso interposto do acórdão, de 1 de Julho de 2004, do Supremo Tribunal Administrativo, que em sede de recurso manteve a decisão de indeferimento do referido pedido de suspensão de eficácia, proferida em 27 de Março de 2002 pelo Tribunal Central Administrativo, retoma aquele acto plena eficácia, com efeitos a partir da data da publicação do presente extracto no *Diário da República*, devendo a licenciada Isabel Maria Rodrigues dos Reis Silva Garcia, regressar ao lugar de origem — assessora principal do quadro de pessoal da direcção-geral da Administração da Justiça, que nos termos da respectiva Lei Orgânica, sucedeu à Direcção-Geral dos Serviços Judiciários.

27 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 677/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2004 do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Santos Cabral:

Licenciada Maria Isabel Ramos Afonso, especialista superior de escalão 4 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária — nomeada em regime de comissão de serviço chefe de área da mesma Polícia.

Licenciada Maria Luísa Lambelho Prouença, especialista superior de escalão 7 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária — nomeada em regime de comissão de serviço chefe de área da mesma Polícia.

José Armando Mendes Faria, especialista auxiliar de escalão 5 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária — nomeado em regime de comissão de serviço chefe de núcleo da mesma Polícia.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 678/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 2004 do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Santos Cabral:

Licenciada Maria João Serrano Cachucho Afonso, especialista superior de escalão 2 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária — nomeada em regime de comissão de serviço chefe de área da mesma